Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

HISTÓRIA E AUTORITARISMO

Uma Análise dos Mecanismos de Censura e dos Conteúdos Didáticos sobre os Indígenas Durante o Regime Militar

HISTORIA Y AUTORITARISMO

Un Análisis de Los Mecanismos de Censura y el Contenido Docente sobre los Indígenas durante el Régimen Militar

*LUCAS SCARPINI DE SOUZA**
*VICTOR FERREIRA E SILVA***

RESUMO: Este artigo analisa o tratamento conferido aos grupos indígenas num dos livros didáticos da coleção Curso Supletivo Completo Ática, referente a disciplina de história da educação básica, publicado em 1976, durante o Regime Militar no Brasil. Busca-se relacionar o conteúdo acerca da história dos índios no Brasil com a política educacional do período, caracterizada, conforme demonstramos, pela interferência ideológica e autoritária do Estado no processo de produção e distribuição dos materiais didáticos e de ensino como um todo. Tal interferência articula-se ao contexto social do país na década de 1970, em que o Estado ditatorial via no ensino um instrumento de legitimação social dos interesses econômicos da minoria dominante.

Palavras-chave: Regime Militar. Autoritarismo. Historia indígena.

Resumen: Este artículo analiza el tratamiento dado a los grupos indígenas en uno de los libros de texto de la colección Curso Supletivo Completo Ática, referente a la disciplina de historia de la educación básica, publicado en 1976, durante el Régimen Militar en Brasil. Busca relacionar el contenido sobre la historia de los indios en Brasil con la política educativa de la época, caracterizada, como hemos demostrado, por la interferencia ideológica y autoritaria del Estado en el proceso de producción y distribución de materiales didácticos y didácticos en su conjunto. Dicha interferencia está vinculada al contexto social del país en la década de 1970, en el que el Estado dictatorial vio la educación como un instrumento de legitimación social de los intereses económicos de la minoría dominante.

Palabras clave: Régimen militar. Autoritarismo. História indígena

* Mestrando em História Pública - (PPGHP) - UNESPAR: Campus de Campo Mourão (2020). Discente do programa de Pós Graduação - Metodologia do Ensino de História - FAVENI: Faculdade Venda Novo Imigrante (2020). Possui graduação em História - UNESPAR: Campus Paranavaí (2019). Técnico em Formação Docente da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental - ARY JOÃO DRESCH (2015). E-mail: l.s.scarpini@gmail.com

** Graduado em História - Licenciatura plena, mestrando no Programa de Pós-graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus Campo Mourão. Desenvolveu pesquisas em História Contemporânea, tendo como enfoque o mercado de trabalho, a legislação social e a experiência dos movimentos trabalhistas durante a Revolução Industrial inglesa. Professor de história e filosofia na Rede Estadual de Ensino do Paraná. E-mail: victorfs174@gmail.com.

Introdução

O período da história do Brasil que vai de 1964 a 1985 é caracterizado pela ascensão antidemocrática dos militares ao poder do Estado. No que diz respeito à educação, este contexto da política nacional é marcado pela intervenção militar na burocracia do ensino público, por teorias e métodos pedagógicos que buscavam restringir a autonomia de educadores e educandos, e pela repressão, inclusive através da violência, de qualquer movimento que se caracterizasse como empecilho a manutenção desta ordem e do controle autoritário exercido pelo Estado, conduzindo o sistema de instrução brasileiro a uma submissão aos ditames da política centralizada e tecnocrática adotada pelo regime.

Esse controle refletia-se cotidianamente nas escolas e, como aqui pretendemos demonstrar por meio de um estudo de caso, também nos livros didáticos e paradidáticos majoritariamente utilizados por professores da rede pública - material de apoio à aquisição de conhecimento em sala que, como veremos, logrou levar as massas à ignorância crescente acerca das condições e relações sociais no país, orientada segundo os interesses das elites dominantes.

Neste trabalho, analisamos um volume didático destinado à disciplina de História do ensino supletivo do Estado de São Paulo do ano de 1976, em pleno período autoritário. Mais precisamente, para os fins de nossos objetivos, examinamos a forma como este material trata os indígenas na História do Brasil, buscando relacionar a política do regime com a perspectiva abordada e a mensagem transmitida sobre esses grupos durante esse período.

O golpe militar e a ideologia tecnocrata na educação

A consolidação de um modelo econômico urbano/industrial fez com que a burguesia nacional, anteriormente defensora do consumo e da autonomia internacional, se incorporasse às novas tendências de internacionalização do mercado interno, compartilhando com as multinacionais os lucros advindos do emprego da moderna tecnologia e do congelamento dos salários das classes populares. Segundo Gelson Kruk da Costa, “A classe detentora do capital lutava para que se desenvolvesse o processo de acumulação do capital, a fim de garantir a expansão da economia de acordo com seus próprios interesses” (COSTA, 2011, p. 01-02). O golpe militar no Brasil contou com o apoio de setores da classe média e alta, da igreja católica, de setores da imprensa e dos Estados Unidos, baseados em discursos de “resgate” da democracia diante da ameaça comunista. De acordo com Costa:

> Os militares se apoiaram em duas correntes ideológicas para legitimar seu governo: a ideologia da ordem e a tecnocrática. A primeira representava a corrente hegemônica civil-militar, que assumia o poder em nome da segurança nacional e da paz social; a segunda assentava-se num economicismo monetarista e tinha como representantes os líderes dos setores técnicos do governo comprometidos com a promoção do desenvolvimento econômico (COSTA, 2011, p. 04).

É desta forma que a ideologia tecnocrática passa a orientar a política educacional definida nos planos de desenvolvimento nacional elaborados pelos técnicos do Ministério do Planejamento dirigido por Roberto Campos, já no governo militar de Castelo Branco, o primeiro após o golpe de Estado de 1964, o que resultará nas precárias formas de ensino e aprendizado do período. Roberto Campos foi o principal formulador do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), responsável pela implementação de uma série de medidas "modernizadoras" na economia brasileira. Segundo Wanderson Fabio de Melo:

> Foi um dos ideólogos que sistematizou a "consciência social prática" do bloco civil-militar, ancorado sempre nos grupos proprietários que advogavam as reformas financeiras e da estrutura produtiva. Ademais, veiculou uma proposta de educação que corroborou a Reforma Universitária (lei 5.540/68) e as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional 5.692/71, marcada pela concepção tecnicista (MELO, 2014, p. 91-92).

Neste sentido, a escola não seria mais um espaço de desenvolvimento humano, político e cultural, mais sim um espaço de profissionalização, de formação de mão-de-obra para o sistema produtivo. As leis que serão analisadas na sequência deste trabalho demonstram como foi sua implementação e as principais características nos níveis da educação superior e básica, especialmente no que se refere ao Ensino Médio, na época, 2º grau.

A educação passaria a ser voltada para o mercado, reduzida a um produto de consumo, a construção do conhecimento consistiria na inserção dos sujeitos no sistema produtivo de modo a responder às normas e regras pré-estabelecidas por uma dada organização. Estes aspectos são visíveis nas reformas educacionais ocorridas durante o período da Ditadura Militar. A implantação em 1968 da Lei 5.540, que reorganizava as universidades em departamentos, a partir da qual se torna possível a fragmentação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e o aumento da burocratização do trabalho universitário que passou a ser fundamentada na ideologia empresarial é um aspecto desse processo. Os cursos de formação docente foram prejudicados visto que essas mudanças e readaptações de acordo com o mercado tornaram os professores técnicos especialistas em educação.

A Lei 5.692/71 tornou ainda mais precário o ensino nas escolas públicas de 1º e 2º grau com a reformulação deste nível da educação através da metodologia administrativa e científica de Frederick W. Taylor, visando aumentar a produtividade do trabalho (COSTA, 2011, p.07). Ainda segundo Kruk da Costa:

> Taylor separa a concepção (cérebro, patrão) da execução (mãos, operário). Nega ao trabalhador qualquer manifestação criativa ou participação. É um método de planejamento e de controle dos tempos e movimentos no trabalho, sendo fundamental a hierarquia e a disciplina. Na escola é possível perceber os reflexos do Taylorismo no Tecnicismo, com a fragmentação do ensino, a competição, a hierarquização e com a organização do tempo e das disciplinas (COSTA, 2011, p. 08-09).

A introdução da organização cientifica do trabalho nas escolas durante esse período, enquanto política de Estado adotada pelos governos militares vai de encontro

com os interesses tecnicistas de uma ascendente burguesia, cujo complexo industrial se consolidara nas décadas de 1950 e 1960, e que demandava "educar" a classe trabalhadora, adequá-la ao sistema produtivo.

A propaganda desenvolvimentista

Em 1970, no governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), objetivava a aceleração do crescimento econômico "a fim de colocar o Brasil entre os países de mais rápido crescimento do mundo" (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p.16). Esta política caracterizaria o período brasileiro conhecido como "milagre econômico," no qual se valeria da exposição dos altos índices econômicos, manipulados pelo Estado Militar, com a premissa de justificar todas as intervenções do governo sobre a sociedade. O dito "milagre econômico," surgiu como recurso para ofuscar a imagem negativa do governo Médici no exterior, em parte vinculada ao genocídio de indígenas. Paradoxalmente (ou talvez não?), desde o início do regime militar, o favorecimento da inserção de grupos empresariais estrangeiros - sobretudo estadunidenses - na exploração de recursos brasileiros implicou no massacre sistemático de populações indígenas, promovido e sancionado pelo Estado, seus agentes e órgãos administrativos. Em 1970, Eduardo Galeano escreveu:

> Em ritmo de conquista, homens e empresas dos Estados Unidos avançaram sobre a Amazônia como se fosse um novo Far West. Essa invasão norte-americana incendiou como nunca a cobiça dos aventureiros brasileiros. Os índios morrem sem deixar rastro e as terras são vendidas em dólares aos interessados. O ouro e outros materiais de valor, a madeira e a borracha, riquezas cujo valor comercial os nativos ignoram, aparecem vinculadas aos resultados de cada uma das escassas investigações que se procederam. Sabe-se que os indígenas foram metralhados desde helicópteros e pequenos aviões, que lhes foi inoculado o vírus da varíola, que foi lançado dinamite sobre suas aldeias e que lhes foram presenteados açúcar misturado com estricnina e sal com arsênio. O próprio diretor do Serviço de Proteção aos Índios, designado pela ditadura de Castelo Branco para sanear a administração foi acusado, com provas, de cometer 42 tipos diferentes de crimes contra os índios. O escândalo veio a público em 1968 (GALEANO, 2017, p. 75-76).

A propaganda governamental, vinculada por revistas e jornais da época, defendeu o governo também frente às acusações de violência contra cidadãos em geral, como por exemplo, as torturas e o trato desumano conferido aos presos políticos do regime, visto que este aspecto, em tese, não deveria ser considerado, se observado o sucesso da política econômica. Segundo Filipe Menezes Soares:

> Naquele momento, o sucesso da economia brasileira blindou o governo das acusações de tortura. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico da época foi capaz de seduzir os brasileiros a ponto dos abusos da ditadura se mantivessem alheios a boa parte da população. Cabe assinalar que o milagre econômico aparece pela primeira vez no Jornal do Brasil junto às denúncias da prática de genocídio e tortura no Brasil dos anos 70. Mais uma vez "anos de ouro" e "anos de chumbo" aparecem lado a lado. O sucesso da economia justifica e autoriza a violência da ditadura. Isso significa que o "milagre brasileiro" é também utilizado para abafar os abusos de poder (SOARES, 2015, p. 45).

Além de tentar garantir a boa imagem para o governo no exterior, também era preciso controlar e convencer as massas de que suas medidas visavam o desenvolvimento. Nesse sentido, a criação de novos postos de trabalho permitiu que a ditadura respondesse em certa medida aos interesses da população. Nesse contexto, a esquematização de uma nova educação que visava atender aos interesses da ordem ditatorial, como é o caso da reformulação de conteúdos e do tratamento negligente dado ao indígena, tinha como base legitimar sua exclusão perante a sociedade para assegurar a "ampliação das fronteiras econômicas, da ocupação dos imensos espaços vazios; da integração nacional e social; da utilização de nossas riquezas potenciais e de valorização de nossos recursos humanos" (SOARES, 2015, p. 47).

Para tanto, não somente a lógica organizacional da escola foi modificada, mas de igual maneira a produção e distribuição dos materiais escolares, de forma a possibilitar um ensino alinhado ao discurso governamental da ordem social e do desenvolvimento econômico.

A criação de mecanismos estatais capazes de auxiliar a produção do conhecimento: FENAME e COLTED

Entre 1960 e 1970, o Ministério da Educação e da Cultura criou órgãos responsáveis por executar as políticas de controle de materiais de ensino no país, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). A criação destes órgãos tinha como objetivo controlar a escolarização no processo de homogeneização da cultura ideológica, linguística, do nacionalismo etc[1].

Tanto o FENAME quanto o COLTED, foram desenvolvidos em um contexto de expansão do ensino básico, que também foi acompanhado pela expansão do mercado editorial do livro didático. Entre 1950 e 1960, já existiam discussões sobre o problema do livro didático e a necessidade de reformulação da educação nacional devido ao aumento da rede de ensino que deveria ser formada. A ampliação dessa rede estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 1971) proporcionou um aumento do número de alunos nas escolas, que por sua vez aumentou o número de contratações de professores. Fazia-se necessário, de acordo com o Estado militar, a implantação de uma nova concepção de ensino, que desde 1964 já vinha sofrendo mudanças.

Portanto em 1966, o governo militar criou o COLTED, que gerenciaria a aplicação dos recursos destinados ao financiamento e a realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do ensino técnico, que se tornava um atrativo devido a sua formação rápida, genérica e voltada especialmente para o mercado de trabalho. Um ano depois, a Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME) foi transformada em FENAME, com a finalidade de produzir e distribuir material escolar

1 As informações que indicamos sobre estes órgãos e os resultados de sua atuação no ensino durante o regime militar estão melhor detalhadas no estudo de Juliana Miranda Filgueiras, Fename e Colted: diferentes políticas para o livro didático durante a ditadura militar no brasil. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, v. III, Jan/2011.

e didático a fim de contribuir para a melhoria dos preços e utilização do material. Os livros produzidos pelo FENAME eram distribuídos a preço de custo, assim como podiam ser adquiridos em postos de distribuição de todo o país.

O decreto n. 59.355, enfatiza a necessidade de o Estado manter-se atuante e vigilante podendo participar diretamente quando necessário da produção e distribuição dos materiais didáticos. Os membros do COLTED eram educadores que atuavam no MEC e em instituições educacionais. Também participariam deste órgão membros da Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que dariam assessoria e assistência técnica especializada aos funcionários do MEC. A criação do COLTED, estava diretamente ligada com a Aliança para o Progresso e o início dos acordos entre Brasil e EUA. Fechando o acordo, seria assinado um convênio entre o MEC, o Sindicato Nacional dos Editores de Livro (SNEL) e a USAID em 6 de janeiro de 1967 de cooperação para publicações técnicas e cientificas, visando distribuir livros gratuitos nas escolas de nível primário e médio, além de estimular o fortalecimento e a expansão industrial-editorial de livros técnicos e didáticos (FILGUEIRAS, 2011).

Por volta do fim de 1968, a COLTED começou a realizar o programa de treinamento de professores primários – Plano Piloto – com a intenção de melhorar a seleção e utilização dos livros didáticos. Os cursos tinham a finalidade de fornecer aos professores aos elementos necessários para melhorar a utilização do livro didático em classe, proporcionando um melhor rendimento pedagógico das aulas e melhorando assim a aprendizagem do aluno. De acordo com Filgueiras (2011), em 1969 uma denúncia anônima acusaria o programa de apresentar conteúdos subversivos na obra "O livro didático: sua utilização em classe," o que levaria a substituição do diretor executivo do programa por um membro do exército, o coronel Ary Leonardo Pereira. Este fato evidencia a ação militar de controle e censura. As atividades do COLTED continuaram até 1971, quando o órgão foi extinto.

A FENAME foi criado em 1967, vinculado ao MEC. Sua função seria a de distribuir materiais escolares e didáticos para as escolas, para melhorar a qualidade e o preço dos materiais através da competitividade de mercado. Segundo Juliana Miranda Filgueiras:

> A Fename passou a ser propagandeada pelos governos militares como a grande instituição de incentivo à brasilidade. Por meio de suas publicações para o público escolar, mas também para o público em geral, especialmente com as obras para o ensino da Língua Portuguesa e da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, a Fundação ajudaria a construir um sentimento de brasilidade, com a transmissão de mensagens de civismo e o ensino da língua pátria (FILGUEIRAS, 2011, p. 10 *apud Revista MEC*, n. 47, fev./nov. 1970, p. 33).

A FENAME também ficou responsável pela execução do Programa de Livro Didático (PNL), assim como também cuidaria do processo de coedição com as editoras privadas. O órgão mesclaria a função de produtora de material didático, vindo a tornar-se uma das principais instituições no âmbito do MEC. A FENAME foi mantida até 1983 quando foi incorporada pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

É neste contexto que se insere a produção dos volumes do Curso Supletivo Completo Ática*,* uma edição especial para a Tese Editora S.A. A coleção é composta por vários volumes que constituem o material a ser utilizado pelo professor em sala, com os conteúdos programáticos distribuídos por disciplina. O volume aqui analisado, referente ao componente curricular de História, reflete de forma singular o tratamento do Estado brasileiro (através dos mecanismos de controle abordados) em relação aos povos indígenas e sua historicidade, trato este materializado no ensino público.

A História no material didático e o indígena na História

Aprovado pela Equipe Técnica do Livro e Material Didático em 1974 (em pleno funcionamento da FENAME), o volume divide-se em duas partes, quais sejam, História Geral e História do Brasil. Em relação aos povos ameríndios pré-colombianos da América hispânica e portuguesa, o livro, de autoria das professoras Maria Célia Freire (mestre em história pela Universidade Federal Fluminense) e Marlene Ordoñez (escritora também de outros livros didáticos de história), não faz nenhuma menção. Nossa análise centrou-se na última parte, marcadamente a partir da assim representada "descoberta" do Brasil. Mas antes, aqui mesmo, devemos nos deter um instante para uma reflexão sem a qual não poderíamos prosseguir.

O volume em questão, ao começar a trabalhar o indígena somente a partir do território brasileiro, oculta já por isso toda uma trajetória histórica, um processo amplo de relações sociais de dominação, resistência e cambio cultural constituinte da identidade dos povos e da estrutura própria das sociedades latino americanas. A falta, longe de poder ser justificada pela ausência de fontes, revela antes o descaso geral relegado ao tema e a perspectiva de história sob a qual se escreveu o livro, a da tradicional história política, dos vencedores, nas palavras de Marilena Chaui: "um carro alegórico de grandes homens" (CHAUI, 1985, p. 123). De fato, o livro concentra seu enfoque nos grandes fatos e personagens históricos, de Júlio César a Getúlio Vargas, da Queda de Roma a Reforma Protestante, Independência etc., sempre frisando os nomes e datas marcantes, em uma perspectiva, quando não eurocêntrica, enaltecedora das elites sociais dominantes.

Dito isto, outros aspectos do tratamento excludente conferido aos índios no livro tornam-se latentes. A própria escolha temporal também é reveladora. Dois momentos são estritamente divididos para a abordagem do livro em relação ao "indígena brasileiro", título que por si só já impõe, a uma só vez, duas noções igualmente falsas: a de uma homogeneidade acerca dos grupos indígenas (como se houvesse um único "tipo" de índio no território) e de nacionalidade: trata-se do indígena brasileiro, não de uma ou outra etnia específica a qual pertencesse, mas do brasileiro, como se os próprios índios assim se entendessem.

Conforme segue, registra-se a experiência histórica do "índio com o branco" nos períodos de 1500 a 1530, e deste ano a meados do século XVIII. De tal forma, na perspectiva do volume apenas existe história do indígena a partir de seu contato com o europeu, sendo a formação histórica anterior desses povos inteiramente

negligenciada, e sua existência na sociedade após o período colonial totalmente desconsiderada, ocultada como se houvesse deixado de existir.

Aqui nos cabe uma breve abordagem sobre a visão geral acerca do índio na história do país. Segundo Maria Celestino de Almeida, é fato que a historiografia brasileira até o final do século XX sempre colocou os índios ou em papéis secundários ou então em uma dualidade com o europeu. Contribuiu, dessa forma, para a perpetuação da ideia de que o índio iria ser extinto por efeito do "aculturamento". "Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrados à colonização iniciavam um processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam à assimilação e consequentemente à perda da identidade étnica" (ALMEIDA, 2010, p. 14).

Podemos ser levados a pensar que se a própria historiografia não tratou de abordar as histórias indígenas com a merecida prioridade, os materiais historiográficos paradidáticos tampouco o poderiam fazer. Mas, para além dessa perspectiva, notamos o engessamento da produção didática, o que impediria, de toda forma, qualquer abordagem mais específica que conferisse importância a esses grupos. Ainda assim, é necessário apontar como o reducionismo e a dualidade desse olhar acabou levando tanto historiadores quanto antropólogos a uma abordagem equivocada.

> As relações de contato eram, então, grosso modo, vistas como relações de dominação/submissão, na qual uma cultura se impunha sobre a outra, anulando-a. A partir dessa perspectiva, as interpretações sobre as relações de contato eram pensadas com base em dualismos simplistas. [...] Esses dualismos foram, em grande parte, responsáveis por abordagens redutivistas que conduziram a visões equivocadas sobre a atuação dos índios nos processos históricos (ALMEIDA, 2010, p. 16).

Buscamos analisar como a caracterização dos indígenas no volume do curso supletivo reitera essas noções dualistas e reducionistas, articuladas com os interesses do regime militar, para o qual, como demonstramos, essas populações constituíram um obstáculo a ser superado no caminho do desenvolvimento econômico.

A caracterização do indígena

Desde o surgimento de importantes estudos culturais que chegaram a América nas décadas de 1970 e 1980, o termo "tribo" é fortemente criticado, pois, homogeneizante, impediria a consideração da complexidade de cada etnia e de sua formação sócio histórica.

> Os termos "tribo" e "tribalismo" são fortemente criticados pelas visões estereotipadas e pejorativas que acarretam para os africanos, e numerosos antropólogos propõem que se os rejeite em prol dos termos etnia e etnicidade, aplicados indiferentemente a todas as sociedades (POUTIGNAT; FENART, 2011, p. 31).

O livro do curso supletivo, apesar disso, classifica os grupos étnicos a partir de uma classificação do século XIX, que os divide em cinco "tribos" (Cariris, Jês, Nuaruaques, Caribas e Tupis), desconsiderando por completo a já constatada

multietnicidade dos povos indígenas no Brasil. Para além disso, o livro pinta uma caricatura absolutamente preconceituosa e reducionista do índio, expressa numa definição tristemente generalizante das características destes enquanto grupo.

> Viviam de forma primitiva, correspondente ao período da pedra lascada; não tinham escrita e não domesticavam animais; sua organização social variava de uma tribo para a outra, mas nenhuma chegou a um sistema social e político (FREIRE; ORDOÑEZ, 1976, p. 187).

Esta caracterização absurda deve constituir o principal alvo de nossa análise. O termo "primitivo", tal qual o termo "tribo", também foi fortemente rejeitado nas ciências sociais, visto que indica indivíduo ou grupo com atraso civilizacional, ausência das capacidades humanas necessárias ao desenvolvimento. Sequer é preciso dizer que o modelo padrão norteador dessa noção de desenvolvimento, Estado, sistema social e político ou de crença religiosa consiste no padrão cristão-europeu das instituições e relações sociais. Não encontrado este padrão na América, a assertiva lógica dos colonizadores foi considerar desprovido de qualquer organização social as sociedades ameríndias, ideia reproduzida pela caracterização acima. Levando a argumentação ao campo da sociologia, Nobert Elias e John L. Scotson afirmaram, num livro cuja primeira publicação data de 1965, que *"*nenhum agrupamento humano, por mais desordenado e caótico que seja aos olhos daqueles que o compõem ou aos olhos dos observadores, é desprovido de estrutura*"* (ELIAS, 2000, p. 192).

A escolha de caracterizar como primitivos os grupos indígenas se completa ao remetê-los ao período paleolítico, algo em torno de dois milhões de anos atrás, cujas características são extremamente diferentes da forma como viviam de fato os povos da América. Além disso, o destaque para a ausência de escrita e domesticação de animais enfatiza o etnocentrismo europeu vigente, pois o padrão aqui continua a ser o «diferencial» em relação a civilização europeia.

> Explicar as sociedades primitivas dizendo o que lhes falta é manter, implicitamente, como modelo explicativo a nossa sociedade, e como sociedade plena - isto é, com escrita, com mercado, com Estado e com história (CHAUI, 1985, p. 122).

A sequência desta caracterização geral segue o mesmo padrão etnocêntrico e reducionista. Sobre a forma de governo dos indígenas, o material afirma que não possuíam união para formar "nações*",* exceto em caso de guerra, quando eram formadas "confederações". O modelo de organização do Estado em governo e instituições continua sendo o moderno e europeu, inferindo ao livro também certo caráter anacrônico.

A mão de obra indígena é apresentada como que ofertada pelo estado de São Paulo e promovedora da "integração do índio a sociedade" através da pecuária. Nesse sentido, a escravidão - enquanto processo de dominação e opressão social - é atenuada ou tratada como mal necessário. A alta mortalidade indígena resultante do contato com doenças do homem europeu, da transferência geográfica de populações e do trabalho compulsório, é apontada como "inadaptabilidade" do índio ao sistema de trabalho, que lhe fora imposto, alimentando a ideia do indígena indolente, preguiçoso.

O tratamento sobre as "Bandeiras de caça aos índios" coloca ainda o indígena numa posição de clara subserviência. Ao afirmar que essas bandeiras cruzaram grandes distâncias ou fundaram cidades e povoados faz-se uma caracterização dos bandeirantes como "heróis", isentando-os do extermínio resultante de sua incursão interiorana ao continente.

Didaticamente, o livro se apresenta contraditório em alguns aspectos, pois ao falar sobre a integração do índio por meio da pecuária, isto é, do trabalho forçado, não utiliza em nenhum momento a palavra escravidão. Contudo, ao tratar do "desentendimento dos jesuítas e colonos", menciona que devido à falta de mão de obra, houve uma "escravização do elemento indígena".

Percebemos a localização que o livro busca fomentar desse "elemento indígena" na sociedade. A visão excludente, reducionista e dicotômica revela-se pela própria natureza da proposta e pelo seu tratamento. Essa visão, no entanto, não se reduz ao preconceito puro e simples. É preciso entender a quem, e a quais circunstâncias ela serviu quando vinculada, e seu impacto na sociedade em que se insere.

Considerações Finais: A quem serve o ensino que convém ao regime

A análise da forma como é tratada a história indígena do Brasil em um livro didático para o curso supletivo do ano de 1976 é, também e sobretudo, uma análise do tratamento do Estado para com o índio no período. Como foi demonstrado, durante o regime militar brasileiro o Estado, por meio de vários mecanismos de controle e censura, buscou aparelhar a produção de livros escolares de acesso das massas, assim como a educação como um todo, segundo os objetivos próprios da cúpula do governo militar e os interesses das elites econômicas nacionais e internacionais que sustentaram o golpe de 1964.

Representar esses interesses implicou fomentar na mentalidade das massas, pela deturpação ou ocultação dos fatos, o tipo de pensamento necessário para garantir a legitimidade social e moral do projeto econômico que se impunha ao país. Neste processo, a escola, e principalmente o ensino de história, constituem uma ferramenta essencial[2].

Durante o período violento e autoritário que foi a ditadura militar, grandes investimentos de grupos privados e capital estrangeiro realizaram obras no setor de infraestrutura que, por sua importância estratégica, ainda hoje são reconhecidas como feitos heroicos do regime, fruto da vontade política sincera dos militares pelo desenvolvimento. Estas obras, entretanto, significaram para centenas de comunidades indígenas e ribeirinhas desalojamento, conflito e morte. Para a construção de empreendimentos faraônicos como a usina de Tucuruí no Pará, e da rodovia Transamazônica, muitos desses conflitos se operaram violentamente. Assim é

2 Para Marcos A. Silva, "o ensino de história, [...] presta-se e foi frequentemente utilizado (não só no Brasil) para estruturar um nacionalismo condizente com o dos órgãos oficiais, responsável em certos casos pela intolerância a diversidade, capaz de levar ao fanatismo e a preconceitos incompatíveis com o convívio de populações extremamente heterogêneas" (SILVA, s/d, p. 90).

também para a exploração do solo. Ontem e hoje, a presença de populações indígenas constitui para o Estado e classes dominantes um problema a ser superado. A vida e a história desses povos nunca foram consideradas no planejamento econômico.

De tal maneira, nesse contexto, a unificação em torno de uma política para a produção e distribuição de livros didáticos coordenada por um acordo de cooperação entre organismos do governo dos Estados Unidos, editores de livros e ministério da educação constituiu a necessária articulação para transmitir a população - por meio da educação básica que se expandia às massas - a mensagem mais conveniente sobre os grupos indígenas que caracterizavam o empecilho a ser suplantado violentamente pelo Estado, salvaguardando o desenvolvimento econômico.

A mensagem vinculada através desses materiais de apoio ao ensino foi instrumento formador da mentalidade social, legitimador da violência de Estado cometida pelo regime. Evidentemente, se faz-se pensar na escola - principal instituição que reconhecidamente "transmite" conhecimento - que os indígenas historicamente foram um obstáculo ao desenvolvimento do país, um problema para os que queriam trabalhar, desprovidos de organização, moral, religião, leis, governo ou censo de justiça, então pode-se esperar o devido apoio ou indiferença em relação ao tratamento dado no presente a esse grupo social. A política educacional orquestrada pelo Estado autoritário serviu, assim, à conservação do silêncio que Galeano denunciou em seu livro, muito parecido com a estupidez.

Referências:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro, FGV, 2010.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia.** 18º Ed. São Paulo, BRASILIENSE, 1985. (coleção primeiros passos).

COSTA, Gelson Kruk da. **A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E A POLÍTICA EDUCACIONAL: LEIS Nº 5.540/68 E Nº 5.692/71.** Unioeste, Cascavel, n. 5º, p. 01-13, out/2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders - *sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.*** Rio de Janeiro, ZAHAR, 2000.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **FENAME E COLTED: DIFERENTES POLÍTICAS PARA O LIVRO DIDÁTICO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL.** São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, v. III, Jan/2011.

FREIRE, Maria Célia; ORDOÑEZ, Marlene. Curso **Supletivo Completo Ática - *História Primeiro Grau.*** São Paulo, ÁTICA, 1976.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre, LPM EDITORES, 2017.

MELO, Wanderson Fabio de. **Roberto Campos em defesa do "produtivismo" educacional na ditadura: uma concepção tecnicista na educação brasileira.** Lutas Sociais, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 91-104, Jan/jun 2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Metas e Bases para Ação de Governo.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

POUTIGNAT, Philippe; FENART, Jocelyne Streiff. **Teorias da etnicidade.** São Paulo, UNESP, 2011.

SILVA, Marcos A. (Org.). **Repensando a história.** 2º Ed. São Paulo, MARCO ZERO, s/d.

SOARES, F. M. **O governo Médici e o programa de integração nacional (norte e nordeste) – *discursos e políticas Governamentais (1969-1974).*** Recife: O autor, v. II, 2015.

Recebido em abril de 2020.
Aprovado para publicação em setembro de 2021.